
arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngüe



Arizona State University

Volume 20 Número 34

29 de outubro 2012

ISSN 1068-2341

Processos e práticas educativas dos povos ameríndios no Brasil: um olhar a partir de pesquisas contemporâneas

Maria Aparecida Bergamaschi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Citação: Bergamaschi, M. A. (2012) Processos e práticas educativas dos povos ameríndios no Brasil: um olhar a partir de pesquisas contemporâneas *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 20 (34). Recuperado [data] <http://epaa.asu.edu/ojs/1076>

Resumo: A educação escolar indígena vem crescendo e modificando suas feições no Brasil e nas Américas nas últimas décadas, nos colocando algumas questões: o que caracteriza uma escola como indígena específica e diferenciada? Quais os significados desta instituição para os diferentes povos indígenas ou para as diferentes comunidades ameríndias? Que relação existe entre escola indígena e processo de constituição e afirmação de identidades étnicas? Que caminhos precisam ser construídos para a formação de professores indígenas? Partindo destas interrogações, o presente trabalho analisa 179 pesquisas realizadas no Brasil na última década, as quais estão publicadas no Portal da CAPES, sendo 135 dissertações de Mestrado e 44 teses de Doutorado. Buscando as pesquisas por meio da palavra-chave *educação indígena* e analisando especialmente os resumos, são evidenciados aqui, entre outros aspectos, os temas e as abordagens teórico-metodológicas dessas investigações que, em seus múltiplos olhares, revelam um crescente cuidado ético e estético com a educação e com a escola ameríndia.

Página web: <http://epaa.asu.edu/ojs/>

Facebook: /EPAAA

Twitter: @epaa_aape

Artigo recebido: 12-01-2012

Revisões recebidas: 06-05-2012

Accito: 29-06-2012

Palavras-chave: Educação indígena; Interculturalidade; Educação intercultural; Pesquisas sobre educação indígena.

Educational processes and practices of amerindian people in Brazil a perspective on contemporary research

Abstract: The indigenous education in Brazil and the Americas has been growing and changing its characteristics over the past decades, raising some questions: what characterizes a school as indigenous, specific and differentiated? What are the meanings of this institution for the different indigenous peoples and for the different amerindian communities? What relation exists between indigenous schools and the process that forms and affirms ethnic identities? What paths need to be built to form indigenous teachers? Based on these questions, this article analyzes 179 master's and doctoral research projects conducted over the past decade which have been published on the CAPES website: 135 were master's and 44 Ph.D. thesis. We searched for papers looking for "indigenous education" as the keyword and analyzed especially the abstracts. Among other things, we emphasize the themes and theoretical methodological approaches of these investigations which, from their multiple perspectives, reveal a growing ethical and aesthetical attention to Amerindian education and schools.

Keywords: Indigenous education; Interculturality; Intercultural education; Indigenous education research.

Procesos y prácticas educativas de los pueblos ameríndios en Brasil: una visión a partir de investigaciones contemporáneas

Resumen: La educación escolar indígena ha crecido y modificado sus características en Brasil y en las Américas en las últimas décadas, lo que ha planteado algunas cuestiones: ¿qué caracteriza a una escuela indígena específica y diferenciada? ¿Qué significado tiene esta institución para los diferentes pueblos indígenas o para las diferentes comunidades amerindias? ¿Qué relación existe entre la escuela indígena y el proceso de constitución y afirmación de identidades étnicas? ¿Qué caminos deben construirse para la formación de profesores indígenas? Partiendo de estas interrogaciones, el presente trabajo analiza 179 investigaciones realizadas en Brasil en la última década, que están publicadas en el Portal de CAPES, de las cuales 135 son disertaciones de Maestría y 44 tesis de Doctorado. Buscando las pesquisas por medio de la palabra-clave educación indígena y analizando especialmente los resúmenes, es evidente, que entre otros aspectos, los temas y los enfoques teórico-metodológicos de esas investigaciones en sus múltiples enfoques, revelan un creciente cuidado ético y estético con la educación y con la escuela amerindia.

Palabras-clave: Educación indígena; Interculturalidad; Educación intercultural; Pesquisas sobre educación indígena.

Introdução

A educação escolar indígena no Brasil e nas Américas vem crescendo e modificando suas feições nas últimas décadas. Os povos ameríndios advogam para si uma educação intercultural, mas também mostram preocupação com o que é ensinado nas escolas não indígenas, pois sabem que nelas ainda predominam práticas responsáveis por representações desvalorizadas de *índios*. A Lei Federal nº 11.645/2008, que instituiu a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura indígena nas escolas brasileiras de ensino fundamental e médio, foi promulgada em meio a movimentos indígenas. Hoje, eles ocupam vagas nas

universidades, mobilizam-se para criação de cursos de graduação intercultural, principalmente licenciaturas. Estão, aos poucos, ingressando nos programas de Pós-Graduação e já apresentam os resultados de suas próprias pesquisas, com teses e dissertações, que começam a ser divulgadas nos meios acadêmicos. São responsáveis por uma literatura [índigena] que traz embutida em si outros conceitos, outras formas de relação da teoria com a prática e da escrita com a autoria. E, processualmente, afastam-se da escola colonizadora, imposta desde o ocidente, como forma de catequização e integração aos estados nacionais.

Esse movimento que vem constituindo, aos poucos, as escolas indígenas específicas e diferenciadas, seduz os pesquisadores que buscam compreender o que acontece nas instituições escolares situadas em Terras Indígenas. O que caracteriza uma escola como indígena específica e diferenciada? Quais os significados desta instituição para os diferentes povos indígenas e para as diferentes comunidades ameríndias? Que relação existe entre escola indígena e processo de constituição e afirmação de identidades étnicas? Que caminhos precisam ser construídos para a formação de professores indígenas?

Buscando compreender o movimento da educação escolar indígena, principalmente na última década, o presente trabalho dirige o olhar para as pesquisas recentes sobre a educação indígena e os processos de escolarização, realizadas nos programas de Pós-Graduação do Brasil. Esse trabalho é o resultado de uma das primeiras ações da pesquisa *Educação Ameríndia e Interculturalidade*¹, cujo objetivo principal é identificar, compreender e subsidiar processos de educação intercultural que contém em seu âmago os saberes e conhecimentos dos e sobre os povos ameríndios, tendo como palco principal a escola.

Na primeira década do século XXI, mais precisamente entre os anos de 2001 e 2009, foram registradas no Portal da Capes 179 pesquisas de pós-graduação que tratam da educação e dos processos de escolarização dos povos indígenas brasileiros, sendo 135 dissertações de mestrados e 44 teses. A busca dessas pesquisas foi feita por meio da palavra-chave *educação indígena*² e delas foram analisadas, especialmente, seu tema, ano, universidade de realização e as abordagens teórico-metodológicas, a partir dos seus títulos e resumos³. Esse *retrato* inicial, que mostra um número considerável de pesquisas, principalmente se comparado ao período anterior, revela um crescente cuidado ético e estético com a educação e com a escola ameríndia. Suscita, também, que se indague sobre os significados dessas pesquisas no seio da academia e a relação que o escopo dessas investigações estabelece com as práticas escolares, tanto nas escolas indígenas, como nas não indígenas.

Um levantamento aponta as publicações que tratam desse assunto: o trabalho acerca do estado da arte da educação indígena, pioneiro no Brasil, foi elaborado por Marta Valéria Capacla (1995). Na obra, editada pelo Grupo de Educação Indígena da Universidade de São Paulo (MARI) em parceria com o MEC, a autora publicou resenhas de livros e teses que trataram do tema entre os anos de 1975 e 1995. Nessa publicação, prefaciada por Aracy Lopes da Silva, a autora elencou treze trabalhos (teses e livros) divulgados no Brasil no período. Um trabalho similar, que inventariou pesquisas de pós-graduação sobre educação

¹ Projeto de pesquisa coordenado pela autora, registrado em 2011 no portal de pesquisas da UFRGS sob o número 20357 e financiado pelo CNPq, processo nº 470726/2011-3.

² É importante evidenciar que a expressão “educação indígena” abarca processos educacionais mais amplos que os referidos por educação escolar indígena. Embora a maior parte das teses e dissertações aqui analisadas considerarem práticas e processos que ocorrem na instituição escolar, por tratar-se de escolas indígenas, o tema é identificado apenas como educação indígena.

³ Em anexo constam as tabelas com os títulos destas teses e dissertações localizadas no banco de Teses da Capes, o ano e instituição em que foram realizadas.

escolar indígena no Brasil, foi realizado por Grupioni (2003) e considerou o período de 1978 a 2002. Nos 25 anos abarcados pelo referido trabalho, aparecem 53 dissertações e 21 teses, cujos resumos encontram-se publicados no periódico *Em Aberto*, edição número 76, de 2003. Estudo semelhante, considerando as produções da região centro-oeste, foi realizado por Maciel e José da Silva, publicado na *Revista Brasileira de História da Educação*, número 19, de 2009. Este último engloba o período de 1995 a 2001, especialmente nos dois estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

É no levantamento realizado por Grupioni que consta a primeira pesquisa de pós-graduação que tratou da educação escolar indígena do tempo presente⁴, realizada em 1987, portanto em período bem próximo, e inaugurou uma era de muitos estudos, que colocam essa temática num cenário de visibilidade na academia. Nessa primeira dissertação sobre processos de escolarização indígenas, Nancy Antunes Tsupal estudou alguns aspectos pedagógicos da educação bilíngue entre os povos Karajá e Xavante, pesquisa que defendeu na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, iniciando uma prática de pesquisas etnográficas que descrevem a educação escolar indígena. O estudo pioneiro realizado por Tsupal, acompanhando as etapas de implantação da escola entre os dois povos citados, mostra uma preocupação que também acompanha a maioria das pesquisas subsequentes, qual seja, contribuir com as políticas indigenistas na área educacional na perspectiva de subsidiar programas em implementação, bem como suscitar outras iniciativas públicas nessa área.

Ao analisar as políticas de educação escolar indígena implantadas após a Constituição Federal de 1988, percebe-se o eco das preocupações evidenciadas por Tsupal: houve um crescimento considerável de escolas em Terras Indígenas nos anos finais do século XX e início do XXI, já como uma política educacional, visto que até o ano de 1991 a implementação e acompanhamento das escolas destinadas aos povos ameríndios era uma atribuição do Ministério da Justiça, no qual se insere a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, setor governamental responsável pelas políticas indigenistas do Estado brasileiro.

Em seu estudo, Grupioni (2003) mostra que nos 25 anos que considerou em seu inventário de dissertações e teses que abordam a educação indígena nas décadas finais do ano 2000, os Programas de Pós-Graduação em Educação foram o cenário da maioria das pesquisas (37), seguido pela Linguística (13) e Antropologia (12). As demais investigações distribuem-se por oito diferentes áreas do conhecimento. Os temas que predominaram nas pesquisas trataram, segundo o autor,

do papel da escola em determinados povos indígenas, reflexões sobre currículos, diários de classe, produção de materiais didáticos; análise dos programas e cursos de formação de professores indígenas, estudo de políticas indigenistas, do movimento indígena pela educação escolar e da história da implantação de escolas em terras indígenas; estudos das relações entre oralidade e escrita; descrições lingüísticas e análise do bilingüismo; análise de processos de alfabetização, em português e língua materna; estudos sociolingüísticos; estudos sobre formas de transmissão de conhecimentos e processos de socialização de crianças indígenas; análise de práticas lingüísticas, discursivas e de letramento; estudo das contribuições de certas disciplinas (Geografia, Matemática, Educação Física, etc.) para a escola indígena; análise de textos escritos por alunos e professores indígenas; estudos da aquisição da

⁴ O uso do termo “tempo presente” neste trabalho refere-se às últimas décadas (final do século XX e início do XXI), o qual corresponde ao “tempo dos direitos”, como dizem as lideranças indígenas quando mencionam o período após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

segunda língua; investigações sobre a noção de infância, de aprendizagem e de pedagogias indígenas (Grupioni, 2003, p. 199-200) [sic].

Isto posto, passo a tratar da análise que empreendi. Nas pesquisas mais recentes realizadas no Brasil e que abordam a educação indígena, percebi a continuidade dos mesmos temas, porém com um horizonte um pouco mais alargado. Notei que, em sua maioria, elas dialogam com as atuais políticas de educação escolar que têm sido implementadas em número considerável de Terras Indígenas e que abrangem maiores contingentes de povos. Os dados evidenciados por Grupioni já ratificam a importância acadêmica que a educação indígena assumiu ao adquirir uma presença efetiva e, pela primeira vez, constam como tema de investigação em programas de pós-graduação de universidades brasileiras. Porém, se for feita uma comparação entre esse período (os últimos anos do século XX) com o número de pesquisas realizadas na primeira década do século XXI, é possível constatar, de imediato, um intenso crescimento, observado ano a ano.

Esse é um aspecto que chama à reflexão: quem, nos anos 70, em que a educação escolar indígena estava sob a coordenação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI⁵, quando ainda nem se admitia a possibilidade da existência de professores indígenas⁶, poderia vislumbrar esse quadro, que, inclusive, tem na autoria de algumas investigações acadêmicas os próprios pesquisadores indígenas? Ilya Prigogine (2000) oferece elementos para se pensar nessas mudanças, segundo ele entendidas como bifurcações. Em artigo denominado *Carta para as futuras gerações* o cientista russo, prêmio Nobel de Física em 1977, ao se pronunciar no limiar do novo milênio, anunciando suas expectativas para o século XXI, declara e defende seu otimismo em relação ao futuro. Enumera fatos vivenciados ao longo do século XX e, embora reconheça as catástrofes e os descaminhos da história no decorrer dos anos noventa, também perfilha a capacidade humana de refazer, de recomeçar. Para tanto, propõe argumentos que podem incentivar as ações e contribuir na luta contra os sentimentos de resignação ou impotência diante da história. Prigogine (1991), apoiado na ciência da complexidade, faz uma analogia entre eventos históricos e bifurcações. Segundo ele, estas aparecem em pontos especiais, nos quais a trajetória, seguida por um sistema, se subdivide em ramos: todos os ramos são possíveis e por isso a incerteza advém das múltiplas possibilidades que podem suceder um evento.

Diante desse quadro, na soleira do século XXI, acrescidos os eventos que anunciam uma *sociedade em rede*, devido ao acelerado desenvolvimento de tecnologias da informação, o físico pergunta: Qual será o resultado dessa bifurcação? E, numa de suas respostas, adverte que a “preservação do *pluralismo cultural e o respeito pelo outro*⁷ exigirá toda a atenção das gerações futuras” (Prigogine, 2000). Nesse ponto de argumentação do autor, assento também meu otimismo, já me sentindo integrante *das gerações futuras* anunciadas por ele. E, a partir deste otimismo que partilho, estabeleço a conexão mais direta com o tema do presente trabalho, qual seja, a possibilidade de o *pluralismo cultural* advir também dos estudos que evidenciam a educação indígena no âmbito da academia.

⁵ Antes inserida no Ministério da Justiça, por ser coordenada pela FUNAI, a educação escolar indígena passou para a esfera do Ministério da Educação só em 1991, adquirindo assim uma visibilidade maior nesse meio e um estatuto de equivalência no âmbito da educação escolar brasileira.

⁶ A presença de educadores indígenas em suas escolas foi instituída pela FUNAI nos anos 70, sob a designação de “tutores”, que tinham um papel de tradutores: poderiam alfabetizar na língua materna de cada povo e progressivamente inseriam os alunos na língua nacional, momento em que passava a atuar um professor, não indígena, responsável por implementar os conhecimentos escolares.

⁷ Grifo meu.

Posso elencar múltiplos problemas nas relações interculturais com os povos indígenas, mas posso também considerar avanços, inferidos, por exemplo, pela quantidade de pesquisas acadêmicas que, necessariamente coloca a academia em diálogo com os povos ameríndios, com seus saberes e com seus processos educacionais.

Nesse sentido, destaco ainda o que Georges Balandier (1997) já anunciava há quase duas décadas: “a visão linear da história, portadora de uma certa idéia [sic] de progresso, se dissolveu a partir do momento em que *se impôs o reconhecimento da multiplicidade de culturas, e do fato destas elaborarem ‘genealogias’ diferentes*” (p. 166)⁸. O autor contextualiza sua afirmação na perspectiva da desordem, entendida por ele não como *bagunça*, mas como a expressão do movimento das transformações, pois segundo sua ótica, ordem e desordem, somadas à incerteza vivida no tempo presente, caracterizam a modernidade atual. Balandier vê na desordem possibilidades de criação e que, em períodos de transição como o atual, “fomenta o novo e abre caminho de uma liberdade nova e fecunda” (1997, p. 11), fazendo com que as barreiras do impossível recuem, permitindo, assim, rupturas e avanços. Nessa perspectiva teórica também cabe uma boa porção de otimismo para pensar a educação indígena, os processos de escolarização e os estudos sobre esse tema, que mostram mudanças nas relações interculturais, implicando desta vez também a academia, sua preocupação e efetiva ocupação com o referido assunto.

Vejo nessas ações que envolvem as pesquisas acadêmicas um importante movimento, que, embora ainda timidamente, anuncia algo novo, desde esse lado não indígena da sociedade brasileira, e que poderia ser denominado como *diálogo intercultural*, tendo como canal a educação indígena. Digo desde cá, pois os povos ameríndios já mostram concretamente sua disposição para isso e, segundo Néstor Garcia Canclini (2007), são os que apresentam hoje um patrimônio mais palpável para a interculturalidade.

Entendo interculturalidade como um movimento concreto da sociedade que, como explica Canclini, remete “à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações de troca” (idem, p. 17). O intelectual evidencia que para existir a interculturalidade é necessária a vontade de re-conhecer e aceitar a heterogeneidade e, principalmente compreender e admitir que todos os grupos culturais se constituem em relação. Essa relação implica *negociação, conflito e empréstimos recíprocos* e requer a construção de um patrimônio para o diálogo intercultural. No decorrer da história, num intenso processo de interação com as sociedades nacionais, inclusive a escolarização, os povos indígenas construíram um patrimônio, *patrimônio para a interculturalidade*⁹ que lhes permite hoje apontar os espaços políticos necessários para manter uma vida digna, como a universidade, pela qual mostram grande interesse. Mas, acima de tudo, mostram que estão dispostos a compartilhar seus valores, prender com as trocas, conquanto também mantenham espaços sociais diferenciados e inegociáveis. Nesse diálogo, é possível observar e compreender suas sociedades, que, apesar de se modificarem por meio de dinâmicas culturais, continuam se mantendo indígenas. E, ao considerar a postura dos pesquisadores que se debruçam sobre a educação indígena e os processos de escolarização, percebo que, aos poucos, a academia também pode constituir um patrimônio para a *interculturalidade*.

⁸ Grifo meu.

⁹ Assim como uma sociedade compõe um patrimônio cultural que compreende o conjunto de bens materiais e imateriais constituídos historicamente e que se referem à identidade, à ação e à memória coletiva do grupo, o patrimônio de interculturalidade refere-se aos bens materiais e imateriais que historicamente o grupo constituiu para dialogar coletivamente com outras culturas, como por exemplo, a prática do bilinguismo, a escola nas aldeias, ou o esforço que indígenas envidam para apreender os modos de vida de outros povos.

As pesquisas acadêmicas dos anos 2000 e a educação indígena

Uma das primeiras atividades do projeto de pesquisa Educação Ameríndia e Interculturalidade foi buscar no portal da Capes¹⁰ investigações sobre educação indígena e processos de escolarização realizados em programas de pós-graduação na última década, localizando-as por palavras-chave como *educação indígena*, *escola indígena* e *a temática indígena na escola*, ampliando assim as possibilidades dos trabalhos a analisar. Acredito que, diante da escassez e desconhecimento de boas abordagens da história e cultura dos povos ameríndios na escola e, principalmente diante do silêncio que, historicamente, predominou em relação ao tema, evidenciar as pesquisas recentes sobre aspectos da educação e da educação escolar desses povos poderá contribuir para aprofundar o diálogo com os povos ameríndios, sua educação e suas escolas. Penso que também insere a educação indígena na história da educação brasileira e contribui para que as escolas dos povos ameríndios sejam estudadas, demarcando suas presenças e, no diálogo com a educação escolar não indígena, seja inspiradora de práticas e processos educacionais mais plurais.

A preocupação acadêmica com os indígenas e suas contribuições na formação do Brasil é antiga. Como exemplo, relembro os movimentos empreendidos especialmente na segunda metade do século XIX, em que o próprio Imperador D. Pedro II conduziu as discussões timoneadas pelo recém-criado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e elegeu o índio como símbolo da *Monarquia Tropical*¹¹. Alguns estudos foram produzidos na época, como o que consta no manual didático de História do Brasil *Curso Superior adaptado no Colégio Pedro I*, de João Ribeiro (1920), onde se encontra um capítulo denominado *Ethnologia Brasileira*, arrolando as principais descobertas no que diz respeito aos indígenas brasileiros. Esse documento mostra que, já naquela época, aparecia o debate em torno da existência de diferentes nações indígenas:

Entretando, muitas das tribus differiam entre si mais do que differem europeus e africanos actuais, no que respeita á cultua geral; o povo tupi, contudo, representava, como o judeu, o povo cosmogênico a que todos os mais se reduziam, máo grado a babel das línguas. Era uma raça geral, a exemplo da língua geral. Contribuía para isso o fato de ser o Brasil civilizado uma única unidade política e os espíritos acostumavam-se a ver debaixo do Brasil portuguez um só Brasil indiano. (Ribeiro, 1920, p. 53).

Todavia, vigorou a crença transformada em prática desde os primórdios da colonização até os dias atuais que denomina índio¹² aos povos americanos pré-coloniais.

¹⁰ O trabalho de busca de teses e dissertações no Portal da Capes, bem como a sistematização das mesmas contou com a participação da acadêmica de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Andréia Rosa da Silva Kurroschi, bolsista de Iniciação Científica na Pesquisa Educação Ameríndia e Interculturalidade.

¹¹ Sobre o tema ver o estudo de Lília Moritz Schwartz (1998), que apresenta dados importantes e dedica parte dessa publicação à análise do movimento liderado por D. Pedro II no sentido de instituir uma identidade própria à monarquia tropical, e as nuances do processo que elegeu o índio como símbolo do império.

¹² Mesmo diante de uma diversidade étnico-cultural que reconhece 222 povos étnica e socioculturalmente diferenciados, que falam 180 idiomas distintos (Luciano, 2006), mesmo diante da afirmação de cada povo e suas singularidades, politicamente é usado o termo “povos indígenas”,

Apesar da evidência¹³ que os povos indígenas adquiriram naquela época, contraditoriamente, ainda são recorrentes as denúncias que expõem os silêncios e as distorções que a história e cultura dos povos indígenas sofrem na escola e nos livros didáticos, bem como no seio da sociedade em geral. Portanto, é surpreendente que essa busca tenha apontado para um significativo número de trabalhos realizados na academia e que tratam dos povos indígenas no presente. Como já anunciado em páginas anteriores, entre os anos de 2001 e 2009 foram registradas 44 teses e 135 dissertações no portal da Capes¹⁴. Parte significativa dessas pesquisas foi realizada em Programas de Pós-Graduação dos cursos de Educação, onde figuram 29 doutorados e 99 mestrados, seguidos, de longe, pela Antropologia, com três teses e doze mestrados e pela Linguística, com seis doutorados e oito mestrados. As demais pesquisas foram realizadas em Pós-Graduações de História, Comunicação, Desenvolvimento Sustentável, Administração, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Educação Matemática, Psicologia, Sociologia, Estudos Comparados sobre as Américas, Teologia, Serviço Social e Direito. Em comparação com o período anterior, estudado por Grupioni (2003), mantém-se os mesmos cursos como precursores nas pesquisas que tratam da escola e da educação ameríndia, que indicaram a Educação, a Linguística e a Antropologia como principais.

Também percebo que os mestrados e os doutorados analisados para os fins deste trabalho discorrem sobre diferentes questões colocadas pela educação e pela escola indígena em todas as regiões do Brasil, superando o senso comum que considera e reduz a existência indígena apenas no norte e centro-oeste do país. No entanto, as teses, em sua maioria, foram realizadas em São Paulo: nove na Universidade de São Paulo, cinco na Pontifícia Universidade Católica/SP, 04 na Universidade Estadual de Campinas, quatro na Universidade Estadual Paulista e três na Universidade Federal de São Carlos. As demais teses se distribuem nas universidades de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco e Brasília.

Já os mestrados encontram-se distribuídos por regiões, mostrando também a opções de programas que oferecem esse nível de estudo no Brasil. A Universidade Católica Dom Bosco, no MS, desponta com quinze dissertações; seguem-se as seguintes universidades: Federal do Amazonas, com dez; Federal de Santa Catarina, com nove; Federal do Mato Grosso e a Pontifícia Universidade Católica-SP, com sete em cada uma; Federal de São Carlos e de São Paulo, com seis dissertações em cada instituição. Todas as regiões brasileiras estão representadas por universidades em cujos Programas de Pós-Graduação foram realizados mestrados que tratam da educação indígena e processos de escolarização na última década. Esse dado mostra a horizontalização desses cursos que abrangem todo o país, favorecendo, assim, a realização de estudos locais, especialmente tratando de temas ligados aos povos indígenas.

Como informação adicional, o portal da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd) foi igualmente consultado e nele localizadas pesquisas com o mesmo teor, apresentadas nas Reuniões Anuais da última década. Neste portal, os resultados

referendado pela Convenção 169/1989 da OIT (em detrimento ao termo índio, rechaçado pelos movimentos indígenas).

¹³ É importante destacar a ambiguidade que perpassava as formas e conteúdos que abordavam os povos indígenas naquele período.

¹⁴ É importante destacar que todas as pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação no Brasil estão postadas no Portal da Capes. No entanto, as informações que constam neste site foram tomadas como um parâmetro adequado para assentar este estudo, visto o expressivo número de pesquisas nele registrado.

numéricos foram menos expressivos: 24 pesquisas distribuídas em quatorze Grupos de Trabalhos, mais conhecidos como GTs, sendo que os trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais de 2001, 2002 e 2003 não constam no site. Os GTs em que houve maior incidência de pesquisas sobre educação indígena foram Movimentos Sociais e Educação, com cinco trabalhos apresentados ao longo dos últimos sete anos, Educação Popular com quatro, Educação de Crianças de zero a seis anos, cujo registro contempla três trabalhos sobre o tema e Educação Fundamental com dois. Os demais trabalhos foram apresentados um em cada GT: Estado e Política Educacional, Formação de Professores, História da Educação, Alfabetização, Leitura e Escrita, Currículo, Sociologia da Educação, Educação Especial, Educação Matemática, Psicologia da Educação e Educação e Relações Étnico-Raciais.

É importante situar esses trabalhos no bojo das pesquisas realizadas em educação e que expressam a constituição de grupos e linhas de pesquisas que tratam dos povos indígenas e os processos educacionais em universidades de diferentes regiões do Brasil. Sublinho este fato, pois é um tema recente em Programas de Pós-Graduação em Educação, visto que os estudos sobre povos indígenas constituíam-se ocupação de antropólogos. Por exemplo, um dos primeiros grupos a investigar sobre educação indígena no Brasil, com sistemáticas publicações, foi o Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, através do Grupo de Educação Indígena (MARI), com referenciais trabalhos sobre educação e temática indígena na escola, coordenado por Aracy Lopes da Silva, desde os anos 80 do século XX.

Ainda numa análise quantitativa das teses e dissertações, fica evidente a desigual distribuição no tempo, indicando a crescente busca pelo tema. Quando estabeleço a comparação entre o período inicial e o final da década estudada, constato que nos quatro primeiros anos foram registrados 45 mestrados e doutorados, enquanto que no último quadriênio considerado¹⁵ são 110 pesquisas de pós-graduação que versaram sobre esse tema. Essa crescente procura pelo tema acompanha também o aumento do número de escolas em Terras Indígenas que ocorreu no Brasil nos últimos tempos. Embora a maioria das escolas ainda ofereça apenas o Ensino Fundamental incompleto, em 2009 o censo escolar constatou 2.550 escolas indígenas distribuídas por todo o território nacional, em contraste com as 1.392 escolas indígenas que o Ministério da Educação registrou em 2002, evidenciando, portanto, a duplicação das escolas indígenas em menos de uma década, fato significativo e que, em parte, explica o crescente volume de pesquisa sobre o assunto.

Por outro lado, o aumento das pesquisas na área da educação abrangendo os povos ameríndios pode estar relacionado à força que vem adquirindo o tema da diversidade, tanto por constar nas políticas públicas educacionais, como também pela luta constante dos movimentos sociais, que exigem mudanças na escola, inserindo em seus currículos a diversidade cultural ou o respeito às diferenças étnico-culturais. Esse movimento passa pela necessidade de implementar maiores estudos acadêmicos e concretizar a presença dos saberes, da história e da cultura de outros povos no meio escolar. Não poderia ser diferente em relação aos povos indígenas, que estabeleceram metas para influir no modo como são vistos pela sociedade não indígena e estão diretamente implicados na aprovação da Lei Federal 11.645/2008, como expressa uma das materializações da organização internacional desses povos, qual seja, a Convenção 169 da OIT/1989, assinada pelo Brasil apenas no ano de 2003, cujo artigo 31 afirma:

¹⁵ Os trabalhos realizados no último ano da década não foram computados em minha análise, visto ainda não estarem registrados no Portal da Capes por ocasião da consulta que realizei.

Medidas de caráter educativo deverão ser adotadas em todos os segmentos da comunidade nacional, especialmente naqueles que estiverem em contato mais direto com esses povos indígenas ou tribais, com o objetivo de eliminar preconceitos que possam ter com relação a eles. Para esse fim, esforços deverão ser envidados para assegurar que livros de história e demais materiais didáticos ofereçam descrição correta, exata e instrutiva das sociedades e culturas dos povos indígenas e tribais (Brasil, 2005).

Os povos originários mostram assim o interesse em que a sua história e sua cultura estejam presentes em nossas escolas por meio de conteúdos e formas mais coerentes com seus modos de vida, a fim de que se constituam condições mínimas para uma relação respeitosa e para um verdadeiro diálogo intercultural. Para que isto ocorra, creio que se faz necessário elaborar propostas de ensino que considerem as histórias e as culturas desses povos, alicerçadas em pesquisas sérias e que contribuam para superar a invisibilidade que até então predomina nas práticas escolares.

Segundo Dalla Zen e Xavier, não se trata apenas de organizar situações de ensino para “comemorar, descrever, pintar, desenhar, apreciar, avaliar a cultura indígena” (2007, p. 2), atitudes comuns nas práticas escolares. Afirmam as educadoras a necessidade de “conhecer, dialogar com o modo de vida dessas pessoas. Para tanto, há histórias, tempos, lutas, crenças, vínculos a serem reconhecidos, compreendidos e, assim, respeitados” (idem). E, fazendo voz com Canclini (2007), que reconhece os esforços dos povos ameríndios para dialogar com as sociedades nacionais, já tendo a mão um patrimônio para a interculturalidade, sou conclamada ao exercício da reciprocidade, o qual me coloca, não apenas como observadora, mas de fato interessada na história e cultura desses povos.

Nessa perspectiva, mostra-se alentador o número de pesquisas que tratam dos povos ameríndios, evidenciando a vontade de conhecer e valorizar, realmente comprovando o interesse pelo outro, colaborando para a construção de um patrimônio para a interculturalidade, também na sociedade não indígena.

O estudo dos resumos das dissertações e teses permitiu acessar os temas das pesquisas, sendo que parte significativa delas trata de conhecer a escola indígena e seus significados nas aldeias; escola, processos de identificação e afirmação étnica; políticas de educação indígena e legislação que regula as escolas indígenas, bem como a relação destas leis com as práticas escolares; formação de professores; oralidade x escrita, processos de alfabetização e letramento; bilinguismo; matemática, na perspectiva da etnomatemática; religião e cultura; rituais de resistência; currículo; crianças e infâncias indígenas; corporeidade; literatura indígena; autoria indígena; direitos indígenas e escola; multiculturalismo e interculturalidade; ensino superior (estudos realizados após o ano de 2007); a questão indígena na escola não indígena e nos livros didáticos, entre outros. A maior parte das pesquisas aborda um povo em especial e, principalmente, uma comunidade, às vezes uma escola, coincidindo com as percepções de Grupioni, que também evidencia em seu inventário de mestrados e doutorados, “análises etnográficas de situações particulares, envolvendo uma única comunidade ou um povo indígena em sua experiência de conviver com a escola e a educação indígena” (2002, p. 199).

Muitas pesquisas anunciam em seu título o povo indígena em questão, sendo que os estudos sobre a educação do povo Guarani se sobrepõe, com 16 pesquisas¹⁶. Uma primeira hipótese poderia apontar a possibilidade de que os povos com maior incidência de estudos são os que têm mais desenvolvido os processos de escolarização em seu meio. No entanto, ocorre que entre o povo Guarani, especialmente os Mbyá-Guarani, que vivem na região do litoral sul do Brasil, a escola não é um bem aceito e esse povo conservam com a escola uma relação ambígua, de querer e não-querer esta instituição em suas aldeias¹⁷. Alguns temas abordados por essas pesquisas serão detalhados na sequência, pois evidenciam tendências importantes no estudo da educação ameríndia e dos processos de escolarização, visto que as escolas indígenas, assim como são descritas hoje, específicas e diferenciadas, representam um evento recente na história da escola no Brasil.

O primeiro modelo escolar foi a escola para os índios do período colonial, o qual já foi muito estudado na história da colonização e que foi desempenhado por missões religiosas, destacadamente as da Companhia de Jesus, com o intuito integrador e catequético¹⁸. No rol das pesquisas aqui apresentadas, duas se debruçam sobre essa época, estudando as práticas pedagógicas na obra do Padre José de Anchieta e a relação de alteridade construída no novo mundo por Bartolomeu de Las Casas. Pelo Programa de Pós-Graduação da PUCSP também tem sido desenvolvidas pesquisas sobre a história da educação escolar indígena no Período Colonial, com uma tese sobre os conflitos dos jesuítas em suas atividades missionárias no século XVII e uma dissertação que aborda a educação nos aldeamentos próximos a São Paulo no período posterior à expulsão dos jesuítas, ambos os estudos realizados por indígenas¹⁹. Ressalto especialmente esse Programa de Pós-Graduação, por ser um dos que tem acolhidos estudantes indígenas em mestrados e doutorados.

Situo outro momento²⁰ na história da escola indígena brasileira: após a independência do Brasil. Dois estudos atendem ao século XIX e início do XX: uma tese que analisa a invisibilidade indígena, interpretando os meios e as formas de fabricação do apagamento da presença dos índios no Rio de Janeiro ao longo século XIX, e uma dissertação que analisa o projeto republicano e a educação dos povos indígenas no sul do país, evidenciando a marca do positivismo em razão da forte influência que exerceu junto aos órgãos oficiais, no sentido

¹⁶ Foram arrolados estudos que abordam a educação escolar dos seguintes povos: Pataxo, Guarani, Kaingang, Ticuna, Terena, Manduruku, Xoclong; Xucurú, Tapuia, Tembé-Tenentehara, Xacribá, Bororo, Kalapato, Kamaiurá, Xavante, Tapeba, Paresi, Setere-Mawé, Apurinã, Mura, Cinta Larga, Kanela, Kirini, Tuyuka, Kanamari, Pankaruru, Maxakali, Karijó, Katitambu, Bakairi, Kadiweu, Xikin, Tupinikin.

¹⁷ Sobre a relação ambígua dos Mbyá-Guarani com a escola, do querer e não-querer a instituição escolar, ver Bergamaschi (2005).

¹⁸ Com isso não queremos dizer que todas as ações religiosas efetivamente catequizaram e integraram os indígenas no modelo de sociedade predominante. São reconhecidos os processos de apropriação, em que os próprios povos direcionaram as ações catequéticas e delas tiraram proveito para seu fortalecimento.

¹⁹ Esses dados, que não constam no Portal da Capes por ocasião da consulta empreendida em janeiro de 2011, fazem parte da pesquisa “Momentos e lugares da educação indígena: memória, instituições e práticas escolares – Observatório da Educação Indígena Capes (2009-2012)”, coordenado pela professora Circe Bittencourt, PUC/SP.

²⁰ A opção nesse trabalho foi por não periodizar a história da educação escolar indígena no Brasil, pois, concordando com a pesquisa acima citada, há uma grande dificuldade de homogeneizar a educação indígena no Brasil, periodizando-a. Há sim uma heterogeneidade de momentos e lugares, de acordo com as especificidades de cada povo, de cada aldeia e de cada situação histórica.

de definir as bases do sistema educacional e da política indigenista, desenvolvendo mecanismos eficazes para conduzir a civilização, integração e assimilação dos povos indígenas à sociedade nacional.

A quase totalidade das pesquisas de mestrado e doutorado que tratam dos povos originários, desenvolvidas na primeira década do século XXI, debruça-se sobre a escola indígena que está sendo construída na contemporaneidade, ou seja, a escola atual, construída nas duas últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI, período em que fica evidente o envolvimento destes povos e sua autoria na condução das políticas educacionais. Este fenômeno ganhou força a partir da Constituição Federal de 1988 que reconhece o direito dos povos indígenas à educação escolar específica, diferenciada, bilíngue e que respeite os processos próprios de aprendizagem de cada grupo. A partir daí observa-se, na história da educação brasileira, um desenrolar de leis que regulamentam a especificidade da escola indígena e de práticas escolares nas Terras Indígenas.

Outro acontecimento importante, que chama a atenção das pesquisas em educação, foi o ingresso da educação escolar indígena no Ministério da Educação, visto que até finais dos anos 1990, esta era uma ação conduzida pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, subordinada ao Ministério da Justiça. O fato de a educação escolar indígena fazer parte de um contexto educacional, embora diferenciada, a coloca num patamar de visibilidade para a realização de estudos no âmbito da educação e das pesquisas acadêmicas, bem como para dialogar com a educação não indígena.

E, dialogando com ideias mais críticas sobre o período atual que configura a escola indígena brasileira na contemporaneidade, no que tange sobrevalorizá-lo em detrimento de outros momentos da história da educação indígena no Brasil, é importante afirmar que as conquistas desse tempo, como o *tempo dos direitos* no dizer de lideranças indígenas, representa a atuação autora dos indígenas, que também buscam autonomia na condução das políticas indigenistas, entre elas da educação escolar.

Em oportuna crítica às pesquisas recentes que tratam da educação escolar indígena no Brasil, Maciel e Jose da Silva (2009) desvela certo ufanismo nessas investigações, que ressaltam um olhar de supervalorização do protagonismo atual dos indígenas e tratam os movimentos atuais como uma *redenção* do colonialismo, que figurou ao longo da história; esquece-se de pontuar o tanto de protagonismo e autoria que sempre existiu e persistiu, segundo o qual os indígenas apropriaram-se das práticas escolares inicialmente impostas e as direcionaram em função de seus interesses. Segundo os autores, também é esquecida, em muitas pesquisas atuais, a demarcação de práticas autoritárias que ainda ocorrem nos processos de escolarização dos povos indígenas no Brasil. No entanto, o que destaco aqui e que é o que caracteriza os processos atuais de educação, é o amparo legal para a autoria indígena em vários espaços da escola e em diferentes esferas da gestão das políticas da educação escolar indígena no Brasil.

A formação de professores indígenas é um dos temas frequentes nas teses e dissertações dos anos 2000 e coincide com o período de intensa implementação do novo modelo de escola nas Terras Indígenas e do surgimento de uma nova categoria docente, qual seja, de professor indígena. É oportuno reafirmar que, em tempos anteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação escolar indígena estava totalmente a cargo de professores não indígenas; o Estatuto do Índio, Lei Federal de 1973, previa o cargo de Monitor Indígena, permitindo a presença de uma pessoa da aldeia nos processos escolares para fazer a mediação entre os idiomas nativos e a língua nacional.

A necessidade de formar professores de cada povo e de cada comunidade para desenvolverem os seus projetos de educação escolar levou muitas universidades às aldeias

desde as décadas finais do século XX e, em decorrência disso, muitas pesquisas que tratam da formação de professores estão ligados a estes processos. Também são recorrentes as pesquisas que acompanham programas de formação inicial implantados em muitas universidades – e que levam os indígenas às instituições de ensino superior: primeiro os Magistérios Indígenas e, mas recentemente, as Licenciaturas Interculturais, assim como as demais políticas afirmativas que garantem vagas para estudantes indígenas em diferentes cursos de graduação.

A propósito, no inventário das pesquisas aqui enfocadas, observam-se, a partir de 2008, alguns estudos sobre o estudante indígena no ensino superior, os quais focalizam as políticas afirmativas em diversas universidades públicas brasileiras, alargando assim a formação para outros profissionais, além de professores. Essa presença no ensino superior está estimada em seis mil estudantes de diferentes povos indígenas, que buscam formação acadêmica associada à afirmação dos conhecimentos da tradição “e veem a educação como uma ferramenta para desenvolver suas próprias propostas de desenvolvimento” (Baniwa e Hofmann, 2010, p. 8).

Atualmente existem no Brasil duas modalidades de acesso para indígenas no ensino superior: uma é constituída pelas Licenciaturas Interculturais e outra são as vagas específicas, tanto reservadas como criadas especialmente para estudantes indígenas. Ao considerar que esse é um evento recente, com maior incidência no século XXI, é possível compreender por que começam a aparecer estudos sobre o assunto. Dentre esses, se destacam as questões sobre o modo de instituição de uma escola indígena específica e diferenciada. Esta parece ser uma boa pergunta, a qual pode inclusive desencadear muitas pesquisas no âmbito das políticas educacionais. A relação entre a legislação que institui a escola específica e diferenciada e as práticas escolares nas aldeias envolve um grande número de teses e dissertações, muitas delas explicitando no anúncio de suas temáticas a vontade de conhecer, na prática, como se desenvolve a educação escolar indígena, instituída pelas leis, ou seja, como se dá na *práxis* essa escola. Os estudos focalizados mostram uma instituição em construção: longe de se constituir num ideal de escola específica e diferenciada imaginada pela legislação, a escola indígena se revela em movimento, com descompassos gritantes entre a gestão pública e os anseios das comunidades em questão, deixando evidente a relação conflituosa que a implementação da educação escolar em Terras Indígenas provoca. Nesse sentido, concebe-se a escola indígena como aquela situada em Terras Indígenas, cujos atores professores e alunos, sejam predominantemente indígenas.

Nos resumos das teses e dissertações analisadas, são recorrentes as críticas à educação escolar imposta aos povos indígenas ao longo da história, imputando à instituição o caráter colonizador. Embora sejam reconhecidos os avanços decorrentes da Constituição Federal de 1988, ainda predomina nas escolas das Terras indígenas uma lógica de ensinar que coloca em primeiro lugar o conhecimento da ciência europeia. Reverter essa lógica significa, necessariamente, reconhecer a autoria indígena, ou seja, conceber uma escola constituída e conduzida por cada comunidade, tendo a frente seus saberes e conhecimentos.

O tema de autoria, que figura entre as pesquisas elencadas nos últimos dez anos e que também envolve a presença indígena no Ensino Superior evoca uma importante constatação que caracteriza o tempo presente: a processual presença de estudantes indígenas e as pesquisas realizadas por eles mesmos sobre questões relevantes aos povos ameríndios nos programas de pós-graduação. Segundo Baniwa e Hofmann, “pelo menos 100 [estudantes indígenas] estão na pós-graduação, mais de 40 já concluíram o mestrado e três, o doutorado” (2010, p. 7). Lamentavelmente, a maioria desses trabalhos postados no portal da Capes não explicitam que são realizados por pesquisadores indígenas. O único mestrado reconhecido

como de autoria indígena²¹ é o de Francisca Navantino Pinto de Angelo, a Chiquinha Pareci, a qual afirma em seu resumo: “o trabalho que ora apresento pretende ser uma singela contribuição de uma mulher indígena na luta por maior autonomia, liberdade e desenvolvimento dos povos ameríndios” (2005). Em sua dissertação, a autora trata da educação escolar indígena após a Constituição de 1988 e analisa “o processo de inclusão de suas escolas no sistema oficial de ensino de Mato Grosso, tendo como eixo principal o protagonismo indígena”.

Na leitura dos demais resumos não aparecem indícios que permitam reconhecer uma possível autoria indígena, embora, pelas informações de Baniwa e Hoffmann (2010), estas estejam representadas por 40 dissertações e teses. Grupioni (2002) também havia feito uma constatação semelhante: em seu inventário um único trabalho de pós-graduação realizado por indígena. Trata-se da dissertação de mestrado de Darlene Taukane, apresentada em 1996 na Universidade Federal de Mato Grosso e que estudou os processos de educação escolar do seu povo, os Kará-Bakairi.

Construção e reconstrução das identidades étnicas é outro tema recorrente nas pesquisas: nos primeiros resumos que analisei, evidenciei uma *desconfiança*, explicitada por perguntas sobre o que a escola, apanágio da educação ocidental moderna desencadeará numa aldeia. De diferentes posições teórico-metodológicas, desde as que colocam a aculturação²² como uma decorrência da educação escolar entre os indígenas, nas pesquisas mais recentes percebe-se uma mudança no olhar, que começa a descrever a escola como afirmação étnica, evidenciando os processos de apropriação da escola pelos diferentes povos indígenas estudados. E, de fato, as pesquisas por mim analisadas revelam o movimento e as lutas dos povos indígenas de toda a América, ao reconhecer que a crescente conquista de direitos indígenas está também vinculada à educação escolar.

Os processos de letramento proporcionados pela ação das escolas nas aldeias são amplamente acompanhados por pesquisas de doutorado e mestrado, fato que também explica a forte presença da linguística nos estudos da educação escolar indígena. Ao analisar os primeiros escritos nas línguas indígenas, por exemplo, encontro o precursor trabalho do Padre Antonio Ruiz de Montoya, no século XVII com a publicação do famoso *Tesoro de La Lengua Guarani* que possibilitou a produção de catecismos bilíngues. Porém, o trabalho linguístico de maior vulto aparece no século XX, com a significativa atuação do Summer Institute of Linguistics (SIL)²³ na produção e divulgação da escrita nas línguas indígenas junto a diferentes sociedades.

Quanto à presença de pesquisadores brasileiros no estudo das línguas indígenas, parece que a maior incidência ocorre no final do século XX e início do XXI, conforme aponta o grande número de dissertações e teses no rol analisado. Aquisição da escrita,

²¹ Considerando os dados que constam no Portal da Capes: data da defesa, nível - se doutorado ou mestrado -, título, autor, orientador e resumo. Algumas pesquisas constam o trabalho completo, porém, nesse momento não foram consultados.

²² Termo cunhado pela antropologia nas primeiras décadas do século XX para explicar as interações entre diferentes culturas, mostrando suas dinâmicas. Entretanto, apropriado pelo senso comum, se transformou em sinônimo de “perda de cultura”.

²³ A Summer Institute of Linguistics - agência pesquisadora norte-americana se instalou no Brasil em 1956 e, desde então tem realizado inúmeras pesquisas e assessorias na elaboração de dicionários, gramáticas, textos religiosos e cartilhas nas línguas nativas, atingindo amplamente as atividades escolares. Fortalecidos por escrever na sua própria língua, muitos povos indígenas receberam em troca um conteúdo catequizador, incluindo versões modernas da bíblia, fatos que demonstram a atualidade da evangelização entre os índios (Bergamaschi, 2005).

relação entre escrita e oralidade, análise das narrativas tradicionais, bem como das primeiras publicações que expressam a autoria indígena, são temas recorrentes nas pesquisas arroladas.

A partir de 2005, aparece um número maior de dissertações e teses que consideram os processos próprios de aprendizagem e se debruçam a compreender a educação das crianças, o papel dos *mestres do conhecimento tradicional*, entre outros aspectos, que mostram um reconhecimento da academia aos conhecimentos ameríndios e o papel que esses conhecimentos exercem no processo de autodeterminação dos diferentes povos, inclusive nas questões relacionadas à educação escolar. A constatação de que os processos próprios de aprender e ensinar, os valores e o conjunto de conhecimentos de cada povo são qualificadores da escola indígena passa a ser comum nos resultados apontados pelos resumos das teses e dissertações mais recentes.

Assim como a escrita (e talvez por constituir um conhecimento de muito prestígio na escola), a matemática aparece com distinção numérica nos estudos que focalizei, em especial a etnomatemática que, na escola indígena, aborda especialmente a relação entre os saberes tradicionais dos povos originários e o uso da matemática escolar, bem como a formação de professores em relação a esse campo de saber. Nesse sentido aparece o reconhecimento dos saberes tradicionais, a matemática contida nas narrativas da tradição, entre outros aspectos.

Outras áreas do conhecimento também são abordadas em suas especificidades, como por exemplo, o ensino da Educação Artística e da Educação Física. Apenas um estudo dedica-se ao ensino de História em escolas indígenas, analisando os pressupostos do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI). Com base na experiência das escolas da Terra Indígena Te'yikue, de Caarapó, o trabalho teve como foco investigar como e até onde os referenciais orientam o ensino de história nas escolas indígenas Kaiowá e Guarani, de Mato Grosso do Sul, tendo como ponto de partida os conceitos de cultura e conhecimento tradicional, destacados no RCNEI.

Dentre as pesquisas inventariadas por este estudo, foram focalizadas também as que tratam do ensino da temática indígena na escola não indígena e nos livros didáticos. Surpreendentemente, das 179 pesquisas encontradas, menos de 5% estudam como a temática indígena aparece na escola. Esse dado aponta que o estudo das medidas de caráter educativo na perspectiva do que realmente acontece no caminho para uma educação intercultural são pouco estudadas, ou porque não despertam o interesse de pesquisadores ou, o que é mais provável, porque ainda são tímidas e pouco desenvolvidas. Metodologicamente as pesquisas se utilizam majoritariamente da etnografia e a história oral, contemplando entrevistas e depoimentos orais. Essa prática tem aproximado muito as pesquisas desenvolvidas na educação sobre povos indígenas com a antropologia, assim como tem ajudado a constituir uma perspectiva própria da educação para as pesquisas etnográficas.

Para concluir

O estudo aqui apresentado, embora indique o esforço em aprofundar a análise sobre o tema, ateve-se principalmente às questões quantitativas das pesquisas realizadas sobre educação e escola ameríndia na primeira década do século XXI no Brasil, visto que se debruçou sobre os títulos, instituições em que foram realizadas as pesquisas, palavras-chave e resumos. Análises que verticalizem esse estudo, adentrando nas pesquisas completas, poderão ampliar a compreensão desse movimento, mostrando, por exemplo, se a educação indígena, em seus aspectos específicos e diferenciados, vem afetando a academia e seus pesquisadores.

Contudo, fica evidente que as pesquisas realizadas no período, além de mostrar um crescente cuidado ético e estético com a educação e a escola indígena, contribuem para pensar sobre o que caracteriza uma escola indígena como específica e diferenciada; quais os significados para cada povo; como esta instituição pode participar nos processos de afirmação de identidades étnicas. Além disso, a presente análise também mostra que esse tema está auferindo maior força no âmbito das pesquisas, seja por conta das discussões envolvendo educação intercultural que tem povoado cada vez mais a academia, seja pela importância evidente que a educação escolar indígena vem assumindo no cenário educacional brasileiro.

O envolvimento das universidades com a formação de professores indígenas e as pesquisas dos próprios indígenas nos programas de pós-graduação têm contribuído para o interesse e o efetivo crescimento das pesquisas sobre esse tema. Igualmente, essas pesquisas mostram que os programas de pós-graduação das universidades brasileiras estão sensibilizados e envolvidos em pesquisas sobre processos e práticas educativas dos povos indígenas e assim indicam o início de um diálogo de saberes que configura uma relação intercultural. Como pesquisadora, envolvida nesse contexto, deixo algumas questões, que provoquem futuras investigações: A educação das sociedades não indígenas pode se aproximar ou já se aproxima da educação indígena? Como o diálogo dos diferentes saberes e modos de aprender e ensinar poderá contribuir para os processos educacionais das sociedades em geral?

Refêrencias

- Angelo, Francisca Navantino Pinto de. (2005) *O processo de inclusão das escolas indígenas no sistema oficial de ensino de Mato Grosso: protagonismo indígena*. Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, Educação.
- Balandier, Georges. (1997) *A desordem: elogio do movimento*. Trad. Suzana Martins. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- Baniwa, Gersem; Hoffmann, Maria Barroso. Introdução. In: Luciano, Gersem José dos Santos; Oliveira, Jô Cardoso de; Hoffmann, Maria Barroso. *Olhares Indígenas Contemporâneos*. Brasília: Centro Indígena de Pesquisas, 2010.
- Bergamaschi, Maria Aparecida. *Nhembo'e. Enquanto o encanto permanece!* Processos e práticas de escolarização nas aldeias Guarani. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- Brasil, *Lei nº 11.645* de 10 de março de 2008.
- Brasil. *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes e Resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais*. 2. ed. Brasília: OIT, 2005.
- Canclini, Nestor García. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.
- Capacla, Marta Valéria. *O debate sobre a educação indígena no Brasil (1975-1995): Resenhas de teses e livros*. Brasília / São Paulo: MEC / MARI, 1995.
- Dalla Zen, Maria Isabel; Xavier, Maria Luiza. Apresentação. In: Bergamaschi, Maria Aparecida (org.) *Povos Indígenas & Educação*. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- Grupioni, Luis Donisete Benzi. A educação Indígena na Academia: inventário comentado de dissertações e teses sobre educação escolar indígena no Brasil (1978-2002). *Em Aberto*. Brasília. V. 20, n 76, p. 197-238, fev. 2003.

- Luciano, Gersem dos Santos. *Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- Maciel, Léia Teixeira Lacerda; José da Silva, Giovani. Nem “programa de índio”, nem “presente de grego”: uma crítica a concepções teórico-metodológicas em pesquisas sobre educação escolar indígena, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1995-2001). *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 19, p. 205-226, jan./abr. 2009.
- Prigogine, Ilya. *O nascimento do tempo*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- Prigogine, Ilya. Carta para as futuras gerações. *Jornal Folha de São Paulo, Caderno "Mais!"*, 30/01/2000.
- Ribeiro, João. *História do Brasil*. Curso superior adaptado no Colégio Pedro II. 9. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.
- Schwarcz, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Tsupal, Nancy Antunes. *Educação indígena bilíngüe, particularmente entre os Karajá e Xavante: alguns aspectos pedagógicos, considerações e sugestões*. Brasília, 1978. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. UnB.

Anexo I
Teses que tratam do tema Educação Indígena - 2001 a 2009

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Nível Doutorado		
ANO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO
2001	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	A Função Social do Mito da revitalização Cultural da Língua Karajá
2001	Universidade Estadual de Campinas	A educação matemática na formação de professores indígenas: os professores Ticuna do Alto Solimões
2001	Universidade Estadual de Campinas	Ler, Escrever e Contar: Práticas de Numeramento-Letramento dos Kaiabi no Contexto de Formação de Professores Índios do Parque Indígena do Xingu
2001	Universidade Federal da Bahia	Educação diferenciada e formação de professores indígenas: diálogos intra e interculturais
2002	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Professor Indígena: a formação docente como estratégia de controle da educação escolar em Mato Grosso
2002	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/ Marília	O Papel da Escola no Contexto Atual dos Kaiowá/Guarani da Aldeia TE'Y KUÊ de Caarapó. Um estudo a partir de lideranças e professores indígenas
2003	PUC de São Paulo	Currículo, Tempo e Cultura
2003	Universidade Estadual de Campinas	'Escola Makixi: Identidades em Construção.'
2003	Universidade Federal de Pernambuco	Contrapontos da literatura Indígena Contemporânea no Brasil
2004	Universidade Federal da Bahia	A Sabedoria Katitauru como Representação da "Comuniversidade": Diálogo Intercultural
2004	Universidade Federal de São Carlos	O papel da escola entre os povos indígenas: de instrumento de exclusão a recurso para emancipação sociocultural
2005	Universidade de São Paulo	Educação escolar indígena e etnomatemática: a pluralidade de um encontro na tragédia pós-moderna
2005	Universidade de São Paulo	Rupigwara: o índio kawahib e o conhecimento ativo nas diversas áreas de consciência
2005	Universidade Federal de Santa Catarina	Nas vozes da educação escolar indígena, os sentidos dos discursos dos professores xokleng como elemento constitutivo da identidade
2005	Universidade Federal de São Carlos	Aprendizagem da docência no Projeto de Autoria da Comissão Pró-Índio do Acre - Histórias de vida de professores indígenas
2005	Universidade Federal do Ceará	As "Escolas Diferenciadas" dos Índios Tapeba
2005	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	NHEMBO'E ¡Enquanto o Encanto Permanece! Processos e Práticas de Escolarização nas Aldeias Guarani
2005	Universidade Federal Fluminense	Escola Indígena Guarani no Rio de Janeiro na perspectiva da autonomia: sistematização de uma experiência de formação continuada
2005	Universidade Metodista de Piracicaba	Política de formação de professores em serviço: limites e possibilidades de um programa em parceria
2006	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Currículo Intercultural: A arte como sistema simbólico cultural na escola de branco - Um estudo a partir da arte na educação escolar, na aldeia tupi-guarani de Piaçaguera
2006	Universidade de São Paulo	Etnomatemática e formação de professores indígenas: um encontro necessário em meio ao diálogo intercultural
2006	Universidade de São Paulo	Etnomatemática e formação de professores indígenas: um encontro necessário em meio ao diálogo intercultural
2006	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/ Araraquara	Palavra e terra: princípios de uma pedagogia guarani
2006	Universidade Federal de Santa Catarina	Política Educacional nos anos 90: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena

2006	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Ritos de civilização e cultura: a escola Bakairi
------	--	--

Fonte: Portal da Capes - <http://www1.capes.gov.br/bdteses/>

Anexo II

Dissertações que tratam do tema Educação Indígena - 2001 a 2009

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Nível Mestrado		
Ano	Instituição	Título
2001	Universidade Estadual de Maringá	A Temática Indígena nos Livros Didáticos de História do Brasil para o Ensino Fundamental - 5ª a 8ª séries
2001	Universidade Federal da Bahia	Escola e Reafirmação Étnica: O Caso dos Pataxó de Barra Velha, Bahia
2001	Universidade Federal de Goiás	Os Tapirapé e a escrita: indícios de uma relação singular
2001	Universidade Federal de Uberlândia	A educação escolar indígena nos aldeamentos Guarani do Estado do Paraná, Brasil
2001	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Quero Progresso sendo Índio: o princípio da interculturalidade na educação escolar indígena
2001	Universidade Federal do Rio de Janeiro	"Educação Escolar Indígena no Brasil Contemporâneo: Entre a 'revitalização cultural' e a desintegração do modo de ser tradicional"
2001	Universidade Metodista de Piracicaba	Educação e Cultura Brasileira: Um Estudo sobre o Teatro Anchieta
2001	Universidade Estadual de Londrina	Aspectos do Processo de Ensino-Aprendizagem do Português como segunda língua na Escola Indígena Kaingang
2002	Universidade Federal da Bahia	Ser Pataxó: Educação e Identidade Cultural
2002	Universidade Federal de Goiás	A Procura da Identidade Cedida: o caso Maurehi
2002	Universidade Federal de Pernambuco	A Política da Educação Escolar Indígena: Limites e Possibilidades da Escola Indígena
2002	Universidade Federal de Uberlândia	Educação e Etnografia: a experiência do Museu do Índio da Universidade Federal de Uberlândia (1987-2000)
2002	Universidade Federal do Amazonas	Corporeidade na Educação Comunitária Indígena no Amazonas
2002	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	A Questão da Educação no Contexto da Modernidade e da Civilização Indígena
2002	Universidade Federal Fluminense	Estudo sobre a Educação entre os Ticuna do Alto Solimões: Movimentos Instituintes nas Escolas Públicas
2003	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Representações de Professores Indígenas sobre o Ensino da Língua Terena na Escola
2003	Universidade Federal de Juiz de Fora	"Vamos brincar de índio?": Práticas e Representações sobre a temática indígena na escola
2004	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Jovens Tapuios do Carretão: Processos Educativos de Reconstrução de Identidade Indígena
2004	Universidade Católica Dom Bosco	A aldeia indígena de Limão Verde: escola, comunidade e desenvolvimento local
2004	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Karai Nhe?e Katu: discussões em torno da escola em um comunidade Guarani
2004	Universidade Estadual de Maringá	Catequese e Educação na Obra do Padre José de Anchieta
2004	Universidade Federal de Pernambuco	Uma Escola para? "Formar Guerreiros" Professores e Professoras Indígenas e a Educação Escolar Indígena em Pernambuco
2004	Universidade Federal de Pernambuco	Reunindo as forças do Orurubá – a escola no projeto de sociedade do povo Xukurú
2004	Universidade Federal de Santa Catarina	Aprendendo a 'trancar' e a 'destrancar' Warok na escola indígena de Yakye-axa".

2004	Universidade Federal de Santa Catarina	Simbolismo e reelaboração na cultura material dos Xokleng
2004	Universidade federal de Uberlândia	Educação Indígena no Universo Xakriabá: Saberes, Cultura e História de Lutas na Vida e na Voz do seu Povo
2004	Universidade Federal do Amazonas	Identidade, educação escolar indígena e bilingüismo na Aldeia Munduruku
2004	Universidade Federal do Amazonas	Educação e diálogo interétnico: ensaiando com o Yautí
2004	Universidade Federal do Amazonas	As políticas públicas para a educação escolar indígena no Amazonas
2004	Universidade Federal do Pará	Entre o discurso oficial e práticas efetivas: a educação escolar dos Tembê-Tenetehara do alto rio Gurupi/PA
2004	Universidade Federal do Paraná	Educação, Saúde e Trabalho no contexto do livro didático (Paraná, Séries iniciais, 1996-1997)
2004	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Deusas em preto e branco, uma experiência de educação popular
2004	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Bartolomeu de Las Casas – Cidadão Universal: uma questão de Alteridade com os Povos do Novo Mundo
2004	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Arari'wa: Araribá e a Educação Escolar na Reserva Indígena de Avaí no Estado de São Paulo
2005	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Centro de Cultura Bororo: Reconstrução das Práticas de Ensino e Aprendizagem
2005	Universidade Braz Cubas	O projeto republicano e a educação dos povos indígenas no Brasil meridional
2005	Universidade Católica Dom Bosco	Luta por uma Escola Indígena em Te'Ykue Caarapó/MS
2005	Universidade de Brasília	Promo'e Ma'é – O Mestre do Conhecimento Tradicional para Descolonizar a Escola Indígena
2005	Universidade de Brasília	Letramento entre os Terena: Inserção ou Resistência?
2005	Universidade de Passo Fundo	Índios e Colonos no Oeste Catarinense: Desafios para uma Educação Intercultural
2005	Universidade do Oeste Paulista	A Formação do Professor de Educação Artística E A Cultura Do Povo Terena
2005	Universidade Estadual de Maringá	Educação e Cultura: O Ensino da Língua Portuguesa em uma Comunidade Bilingue Kaingang
2005	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro	As "ticas" de "Matema" dos Índios Kalapalo: Uma Interpretação de Estudos Etnográficos
2005	Universidade Federal de Mato Grosso	O processo de inclusão das escolas indígenas no sistema oficial de ensino de Mato Grosso: protagonismo indígena
2005	Universidade Federal do Amazonas	Os Programas de Educação Escolar Indígena no Alto Rio Negro - São Gabriel da Cachoeira/AM (1997-2003).
2005	Universidade Federal do Espírito Santo	Recursos didáticos: mediadores semiotizando o processo ensino-aprendizagem
2005	Universidade Federal do Espírito Santo	Uma abordagem étnomatemática no ensino e aprendizagem de Matemática nas aldeias Tupinikim e Guarani do Espírito Santo
2005	Universidade Paulista	As etnias do alto Rio Negro e sua inclusão nas redes de comunicação digital a partir do Projeto TELEMAR Educação
2005	Universidade Regional de Blumenau	Autonomia em Paulo Freire e a Educação Indígena
2005	Universidade Regional de Blumenau	A Ética, a partir da Reciprocidade e a Educação Informal do Povo Xokleng
2006	Fundação Getúlio Vargas/SP	Dilemas da Inclusão da Diversidade Étnica no Federalismo Brasileiro: As Perspectivas dos Povos Indígenas
2006	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	As representações sobre meio ambiente de alunos da comunidade indígena Terena, da 3ª série do ensino Fundamental de MS
2006	Universidade Católica Dom Bosco	Classes de Idade Xavante e a Educação Escolar: uma Contribuição Pedagógica
2006	Universidade Católica Dom Bosco	O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas: Cultura e Conhecimento no Ensino de História
2006	Universidade de São Paulo	A etnomatemática das práticas cotidianas no contexto de

		formação de profissionais indígenas no Xingu
2006	Universidade de São Paulo	Mawa'iaiká. Escola de Resgate Cultural. A trajetória da escola entre os índios Kamaiurá, de 1976 a 2004
2006	Universidade de São Paulo	Interpretações do papel, valor e significado da formação do professor indígena do Estado de São Paulo
2006	Universidade de Sorocaba	Os Jogos e as Brincadeiras de Rua Pulando o Muro das Escolas Públicas da Cidade de Maués no Amazonas
2006	Universidade Federal da Grande Dourados	Professores Índios e Transformações Socioculturais em um Cenário Multiétnico: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005)
2006	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	A Representação sobre os índios nos livros didáticos de história do Brasil
2006	Universidade Federal de Mato Grosso	Gestão escolar: interculturalidade e protagonismo na escola indígena Cadete Adugo Kuiare
2006	Universidade Federal de Mato Grosso	Da aldeia à cidade: o cotidiano de estudantes Paresi em escolas urbanas de Tangará da Serra-MT
2006	Universidade Federal de Santa Catarina	Educação Escolar Indígena: as Vozes Guarani sobre a Escola na Aldeia
2006	Universidade Federal de São Carlos	A temática indígena e a diversidade cultural nos livros didáticos de história: uma análise dos livros recomendados pelo programa nacional do livro didático
2006	Universidade Federal do Amazonas	Clima organizacional e cultura escolar: uma análise na Escola Estadual Almirante Tamandaré – comunidade Indígena Umariçu II – Município de Tabatinga
2006	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Consensos e Dissensos no Projeto de Formação Docente Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé
2006	Universidade Metodista de São Paulo	Formação e Atuação das Professoras Indígenas da Aldeia Piaçaguera
2006	Universidade Regional de Blumenau	Identidade Étnica e Educação Escolar Indígena
2006	Universidade São Marcos	As Escolas Indígenas das Aldeias de Cumuruxatiba (BA) e a Reconstrução da Identidade Cultural Pataxó
2007	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	A formação pedagógica dos professores indígenas, do Estado de Rondônia
2007	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Consciência argumentativa entre as educadoras Tupinikim de Aracruz-ES que atuam nas primeiras quatro séries do ensino fundamental de escolas indígenas
2007	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Formação continuada dos educadores indígenas Tupinikim: uma experiência a ser socializada
2007	Universidade Católica de São Paulo	Educação Escolar Indígena: As práticas culturais indígenas na ação pedagógica da Escola Estadual Indígena São Miguel – Iauaretê (AM).
2007	Universidade Católica Dom Bosco	“A educação física escolar na escola municipal indígena Marcolino Lili”: Uma possibilidade de preservar a etnia
2007	Universidade Católica Dom Bosco	Escola Indígena Municipal Utapinozona – Tuyuka e a Construção da Identidade Tuyuka
2007	Universidade Católica Dom Bosco	A Construção do Sentido da Escola para os Estudantes Indígenas do Ensino Médio da Reserva Francisco Horta Barbosa – Dourados/MS
2007	Universidade de Brasília	Educação e Tradição no Maranhão: Os Índios Canela e a Escola
2007	Universidade de São Paulo	Palavra, sentido e memória: educação e escola nas lembranças dos Guarani Mbyá
2007	Universidade do Estado da Bahia	A produção dos discursos sobre cultura e religião no contexto da educação formal: o que pensam, querem os Kiriri de sua escola?
2007	Universidade do Sul de Santa Catarina	As representações indígenas na sala de aula do ensino fundamental: produção e circulação de sentidos
2007	Universidade Estadual de Campinas	“Ri b’anikil, tinamit, rib’anikil winaq rech usuk’maxik rij ri saqamaq-tinamital pa we Paxil Kayalá. A Etnia e o Gênero na Construção do Estado-Nação Guatemalteco

2007	Universidade Estadual de Londrina	História da Implantação da Educação Escolar na Comunidade Indígena Nandeva – Guarani da Reserva Porto Lindo no Município de Japorã - MS
2007	Universidade Estadual de Maringá	Política de Ação Afirmativa: a inserção dos Indígenas nas Universidades Públicas Paranaenses
2007	Universidade Federal de Mato Grosso	A formação dos professores indígenas de Tadarimana compreendida como um rito de passagem
2007	Universidade Federal de Mato Grosso	Indigenismo alternativo: no compasso da educação intercultural entre os Kanamari do Médio Juruá-AM
2007	Universidade Federal de Minas Gerais	Práticas pedagógicas das aulas de matemática: um estudo exploratório nas escolas Xacriabá
2007	Universidade Federal de Minas Gerais	Ações e significados na educação das crianças nas comunidades indígenas Xacriabá: a emergência da educação infantil
2007	Universidade Federal de Minas Gerais	Imagens da infância: brincadeira, brinquedo e cultura
2007	Universidade Federal de Pernambuco	Saberes da Prática; Tempo, Espaço e Sujeitos da Formação Escolar entre Professores/as Indígenas do Estado de Pernambuco
2007	Universidade Federal de Rondônia	Da Maloca à Escola: uma Análise da Prática Educativa e da Formação de Professores Indígenas do Povo Cinta Larga de Rondônia
2007	Universidade Federal de Santa Catarina	“Uma etnografia da Escola Indígena Fen'Nó á luz da noção de corpo e das experiências das crianças Kaingang e Guarani.”.
2007	Universidade Federal de Santa Catarina	As Sociedades Indígenas no Entrecruzamento do Prescrito e do Vivido na Cultura Escolar
2007	Universidade Federal de Santa Catarina	Tornar-se Professora, Xoklen/Laklãnõ: Escolarização, Ensino Superior e Identidade Étnica
2007	Universidade Federal do Amazonas	Projeto Político-Pedagógico Étnico, Educação e Cultura Sateré-Mawé
2007	Universidade Federal do Amazonas	Educação Escolar e Práticas Comunitárias na Vida Apurinã: o fazer pedagógico na comunidade São João
2007	Universidade Federal do Amazonas	Educação e Identidade Indígena: um estudo de caso sobre os limites e possibilidades da educação na (re) construção e reafirmação da identidade Mura
2007	Universidade Federal do Ceará	As crianças e suas relações com a “Escola Diferenciada dos Pitaguary”
2007	Universidade Federal do Espírito Santo	Concepções, crenças e atitudes dos educadores Tupinikim frente à Matemática
2007	Universidade Federal do Espírito Santo	Arandu renda reko: a vida da escola guarani mbya
2007	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Investigação etnomatemática em contextos indígenas: caminhos para a reorientação da prática pedagógica
2007	Universidade São Marcos	Os Índios Tupiniquins e uma Prática Pedagógica Diferenciada em Aracruz, ES
2008	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	O currículo científico com o povo indígena Tupinikin: a tomada de consciência dos instrumentos socioculturais
2008	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Casa e caminho no mito de origem Myky: por um currículo ética e esteticamente intercultural
2008	Universidade Católica Dom Bosco	Representações sobre o meio ambiente, dos professores Terena que atuam de 1ª a 4ª série, na Aldeia Bananal, distrito de Taunay, município de Aquidauana, em Mato Grosso do Sul
2008	Universidade Católica Dom Bosco	A pedagogia terena e as crianças do PIN Nioaque: as relações entre família, comunidade e escola
2008	Universidade Católica Dom Bosco	“O que interessa saber de índio?”: Um Estudo das Manifestações de Alunos de Escolas de Campo Grande sobre as Populações Indígenas do Mato Grosso do Sul
2008	Universidade Católica Dom Bosco	Watebreimi Xavante: uma aproximação ao mundo da criança indígena

2008	Universidade de Passo Fundo	Educação indígena: fronteiras culturais e inclusão social - análise da Terra Indígena Xaçecó
2008	Universidade Federal da Bahia	BEDZÊ WÓ HIBATÉDE – Conhecimentos Ressonantes: Diálogos entre Educação Transdisciplinar e a Práxis Indígena
2008	Universidade Federal de Alagoas	Política de Assimilação – Educação Escolar Indígena em Alagoas a partir da Constituição de 1988
2008	Universidade Federal de Mato Grosso	Imagens de nós não indígenas negros e brancos; no olhar dos professores Iny-Karajá
2008	Universidade Federal de Santa Catarina	Corpos que falam em silêncio: Escola, Corpo e Tempo entre os Guarani
2008	Universidade Federal de Santa Catarina	Educação escolar Kaingáng: do discurso oficial às práticas efetivas
2008	Universidade Federal de Santa Catarina	Cultura Surda e Educação Escolar Kaingang
2008	Universidade Federal de São Carlos	"Percepções das crianças sobre currículo e relações étnico-raciais na escola: desafios, incertezas e possibilidades"
2008	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Diversidade na Universidade: O BID e as políticas educacionais de inclusão étnico-racial no Brasil
2008	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Identidade nacional: sentidos negociados no currículo de História das séries iniciais do ensino fundamental
2009	Fundação João Pinheiro (Escola de Governo)	Políticas Públicas: cultura e diversidade. Uma análise do Programa de Implantação de Escolas Indígenas de Minas Gerais a partir de escolas Maxakali
2009	Universidade Católica de Santos	A educação indígena no Brasil: legislação, políticas indigenistas e as escolas de Peruíbe
2009	Universidade Católica Dom Bosco	Educação Escolar Indígena na Aldeia Bananal: Prática ou Utopia?
2009	Universidade Católica Dom Bosco	Ensino diferenciado na escola indígena “Tengatuí Marangatu”
2009	Universidade Católica Dom Bosco	Projeto Córrego Bandeira – Cultura, Jogo e Territorialidade
2009	Universidade Católica Dom Bosco	A Criança Terena: o Diálogo entre a Educação Indígena e a Educação Escolar na Aldeia Buriti
2009	Universidade de São Paulo	Reatando as pontas da rama: a inserção dos alunos da etnia indígena Pankararu em uma escola pública na cidade de São Paulo
2009	Universidade do Estado de Mato Grosso	Mosaico de Interculturalidade: Aspectos sobre o Direito Indígena
2009	Universidade Federal de Alagoas	A Educação dos Jiripancó: Uma Reflexão sobre a Escola Diferenciada dos Povos Indígenas de Alagoas
2009	Universidade Federal de Campina Grande	O Índio como o Outro. O desafio de construir uma identidade positiva a partir dos livros didáticos
2009	Universidade Federal de Santa Catarina	A trajetória histórica da escola na comunidade Guarani de Massiambu, Palhoça/SC - um campo de possibilidades
2009	Universidade Federal de São Carlos	Discurso (s) do (s) Outro (s) na Imagem de si: um Estudo Discursivo dos Textos Didáticos destinados à Formação de Formadores Indígenas
2009	Universidade Federal do Acre	Acre e a educação escolar indígena, intercultural, diferenciada e bilíngue
2009	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Nunca deixamos de ser índio: educação escolar e experiência na (da) cidade entre os Ramkokamekrá-kanela
2009	Universidade Luterana do Brasil	Crianças Mbyá-Guarani: práticas pedagógicas e tecnologias de produção da pessoa
2009	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	A didática da matemática na formação do professor indígena: possibilidades de relação com a etnomatemática

Fonte: Portal da Capes - <http://www1.capes.gov.br/bdteses/>

Sobre a Autora

Maria Aparecida Bergamaschi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Brasil
Email: cida.bergamaschi@gmail.com

PhD em Educação pela Universidade de Campinas – UNICAMP (2009), professora na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Coautora do livro *Educação Ameríndia: a dança e a escola Guarani* (Edunisc); organizadora do livro *Povos Indígenas & Educação* (Ed. Mediação). Seus interesses de pesquisa estão vinculados às temáticas "Educação Indígena" e "Ensino de História". Integra o GT Ensino de História e Educação (ANPUH-RS) e o Núcleo de Estudos Educação e a Gestão do Cuidado (FACED-UFRGS). Sua pesquisa mais recente trata da Educação Ameríndia e Interculturalidade.

arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica avaliada por pares

Volume 20 Número 34

29 de outubro 2012

ISSN 1068-2341



O Copyright é retido pelo/a o autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação à revista **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. Más informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e por AAPE/EPAA. AAPE/EPAA é publicada por *Mary Lou Fulton Institute Teachers College da Arizona State University*. Os textos publicados em **AAPE** são indexados por CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, Espanha) DIALNET (Espanha), [Directory of Open Access Journals](http://www.dialnet.unirioja.es), Education Full Text (H.W. Wilson), EBSCO Education Research Complete, , ERIC, , QUALIS A2 (Brasil), Redalyc, SCImago Journal Rank; SCOPUS, SOCOLAR (China). Contribua com comentários e sugestões a <http://epaa.info/wordpress/>

arquivos analíticos de políticas educativas
conselho editorial

Editor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)
Editores Associados: **Rosa Maria Bueno Fisher** e **Luis A. Gandin**
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

- | | |
|--|---|
| Dalila Andrade de Oliveira Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil | Jefferson Mainardes Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil |
| Paulo Carrano Universidade Federal Fluminense, Brasil | Luciano Mendes de Faria Filho Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil |
| Alicia Maria Catalano de Bonamino Pontifícia Universidade Católica-Rio, Brasil | Lia Raquel Moreira Oliveira Universidade do Minho, Portugal |
| Fabiana de Amorim Marcello Universidade Luterana do Brasil, Canoas, Brasil | Belmira Oliveira Bueno Universidade de São Paulo, Brasil |
| Alexandre Fernandez Vaz Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil | Antônio Teodoro Universidade Lusófona, Portugal |
| Gaudêncio Frigotto Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil | Pia L. Wong California State University Sacramento, U.S.A |
| Alfredo M Gomes Universidade Federal de Pernambuco, Brasil | Sandra Regina Sales Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil |
| Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva Universidade Federal de São Carlos, Brasil | Elba Siqueira Sá Barreto Fundação Carlos Chagas , Brasil |
| Nadja Herman Pontifícia Universidade Católica – Rio Grande do Sul, Brasil | Manuela Terrasêca Universidade do Porto, Portugal |
| José Machado Pais Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal | Robert Verhine Universidade Federal da Bahia, Brasil |
| Wenceslao Machado de Oliveira Jr. Universidade Estadual de Campinas, Brasil | Antônio A. S. Zuin Universidade Federal de São Carlos, Brasil |

archivos analíticos de políticas educativas
consejo editorial

Editor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editores. Asociados **Alejandro Canales** (UNAM) y **Jesús Romero Morante** (Universidad de Cantabria)

Armando Alcántara Santuario Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM México

Claudio Almonacid Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Chile

Pilar Arnaiz Sánchez Universidad de Murcia, España

Xavier Besalú Costa Universitat de Girona, España

Jose Joaquin Brunner Universidad Diego Portales, Chile

Damián Canales Sánchez Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación, México

María Caridad García Universidad Católica del Norte, Chile

Raimundo Cuesta Fernández IES Fray Luis de León, España

Marco Antonio Delgado Fuentes Universidad Iberoamericana, México

Inés Dussel FLACSO, Argentina

Rafael Feito Alonso Universidad Complutense de Madrid, España

Pedro Flores Crespo Universidad Iberoamericana, México

Verónica García Martínez Universidad Juárez Autónoma de Tabasco, México

Francisco F. García Pérez Universidad de Sevilla, España

Edna Luna Serrano Universidad Autónoma de Baja California, México

Alma Maldonado Departamento de Investigaciones Educativas, Centro de Investigación y de Estudios Avanzados, México

Alejandro Márquez Jiménez Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM México

José Felipe Martínez Fernández University of California Los Angeles, USA

Fanni Muñoz Pontificia Universidad Católica de Perú

Imanol Ordorika Instituto de Investigaciones Económicas – UNAM, México

Maria Cristina Parra Sandoval Universidad de Zulia, Venezuela

Miguel A. Pereyra Universidad de Granada, España

Monica Pini Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Paula Razquin UNESCO, Francia

Ignacio Rivas Flores Universidad de Málaga, España

Daniel Schugurensky Universidad de Toronto-Ontario Institute of Studies in Education, Canadá

Orlando Pulido Chaves Universidad Pedagógica Nacional, Colombia

José Gregorio Rodríguez Universidad Nacional de Colombia

Miriam Rodríguez Vargas Universidad Autónoma de Tamaulipas, México

Mario Rueda Beltrán Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM México

José Luis San Fabián Maroto Universidad de Oviedo, España

Yengny Marisol Silva Laya Universidad Iberoamericana, México

Aida Terrón Bañuelos Universidad de Oviedo, España

Jurjo Torres Santomé Universidad de la Coruña, España

Antoni Verger Planells University of Amsterdam, Holanda

Mario Yapu Universidad Para la Investigación Estratégica, Bolivia

education policy analysis archives
editorial board

Editor **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **David R. Garcia** & **Jeanne M. Powers** (Arizona State University)

Jessica Allen University of Colorado, Boulder

Gary Anderson New York University

Michael W. Apple University of Wisconsin,
Madison

Angela Arzubiaga Arizona State University

David C. Berliner Arizona State University

Robert Bickel Marshall University

Henry Braun Boston College

Eric Camburn University of Wisconsin, Madison

Wendy C. Chi* University of Colorado, Boulder

Casey Cobb University of Connecticut

Arnold Danzig Arizona State University

Antonia Darder University of Illinois, Urbana-
Champaign

Linda Darling-Hammond Stanford University

Chad d'Entremont Strategies for Children

John Diamond Harvard University

Tara Donahue Learning Point Associates

Sherman Dorn University of South Florida

Christopher Joseph Frey Bowling Green State
University

Melissa Lynn Freeman* Adams State College

Amy Garrett Dikkers University of Minnesota

Gene V Glass Arizona State University

Ronald Glass University of California, Santa Cruz

Harvey Goldstein Bristol University

Jacob P. K. Gross Indiana University

Eric M. Haas WestEd

Kimberly Joy Howard* University of Southern
California

Aimee Howley Ohio University

Craig Howley Ohio University

Steve Klees University of Maryland

Jaekyung Lee SUNY Buffalo

Christopher Lubienski University of Illinois,
Urbana-Champaign

Sarah Lubienski University of Illinois, Urbana-
Champaign

Samuel R. Lucas University of California,
Berkeley

Maria Martinez-Coslo University of Texas,
Arlington

William Mathis University of Colorado, Boulder

Tristan McCowan Institute of Education, London

Heinrich Mintrop University of California,
Berkeley

Michele S. Moses University of Colorado, Boulder

Julianne Moss University of Melbourne

Sharon Nichols University of Texas, San Antonio

Noga O'Connor University of Iowa

João Paraskveva University of Massachusetts,
Dartmouth

Laurence Parker University of Illinois, Urbana-
Champaign

Susan L. Robertson Bristol University

John Rogers University of California, Los Angeles

A. G. Rud Purdue University

Felicia C. Sanders The Pennsylvania State
University

Janelle Scott University of California, Berkeley

Kimberly Scott Arizona State University

Dorothy Shipps Baruch College/CUNY

Maria Teresa Tatto Michigan State University

Larisa Warhol University of Connecticut

Cally Waite Social Science Research Council

John Weathers University of Colorado, Colorado
Springs

Kevin Welner University of Colorado, Boulder

Ed Wiley University of Colorado, Boulder

Terrence G. Wiley Arizona State University

John Willinsky Stanford University

Kyo Yamashiro University of California, Los Angeles

* Members of the New Scholars Board

